

Brasil procura apoio de outros membros do BID

PAULO SOTERO
Correspondente

NAGOYA, Japão — O governo brasileiro está usando argumentos fortes nas conversas de bastidores para denunciar a iniciativa do governo dos Estados Unidos de bloquear um empréstimo de US\$ 350 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao País, na semana passada, e mobilizar apoio político dos países-membros da instituição para reverter a medida.

A ação americana, que foi apoiada pelas principais nações industrializadas integrantes do chamado Grupo dos Sete mas criticada por vários países europeus e pela totalidade dos latino-americanos, é vista por Brasília, segundo uma fonte oficial, como um ato que beira a irresponsabilidade, pois põe potencialmente em risco a classificação de crédito AAA do BID. Esta classificação permite à instituição pagar a menor remuneração do mercado de capitais pelos recursos que levanta para alimentar suas linhas de financiamento à América Latina.

Não está claro, no entanto, se a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que é esperada em Nagoya hoje, utilizará pública e explicitamente esse argumento quando discursar perante a Assembléia Anual do BID, no domingo. Os governos dos EUA e dos demais países industrializados não parecem particularmente impressionados com a argumentação brasileira. Um funcionário norte-americano disse ontem ao *Estado* que o mercado de capitais está a par da incerta situação financeira do Brasil e já incorporou os riscos que ela representa. Estão exagerando o significado do adiamento do empréstimo, disse a fonte, indicando a intenção de Washington de não responder diretamente às críticas brasileiras.

A acusação brasileira tem como base o argumento que os EUA utilizaram para justificar seu pedido de adiamento do empréstimo ao Brasil. Como havia anteriormente dado garantias de que empréstimos de organismos multilaterais não poderiam ser usados como instrumento de pressão em negociações entre países membros e bancos comerciais, o Departamento do Tesouro americano não pode admitir formalmente a razão real do pedido de adiamento por até dois meses do empréstimo ao programa brasileiro de saneamento básico. Alegou, por isso, que pedia o adiamento do empréstimo por duvidar da capacidade futura do Brasil de manter seus pagamentos aos bancos, em vista das dificuldades correntes do balanço de pagamentos.

O Brasil é o maior tomador de empréstimos do BID, tendo recebido nas três décadas de existência do ban-



Reuter

Iglesias: apoio à posição brasileira

co cerca de 15% dos mais de US\$ 46 bilhões de créditos concedidos pelo banco. O governo brasileiro acha que, ao colocar em questão a capacidade de repagamento do maior devedor do banco, Washington e os países que apoiaram a ação cometeram um duplo equívoco. Por um lado adotaram uma atitude hostil e ofensiva a um país que está rigorosamente em dia com suas obrigações no BID, mesmo pagando por ano cerca de US\$ 250 milhões a mais do que recebe em novos desembolsos. "Somos tratados como uma pessoa inocente que é presa porque se suspeita de que ela poderá a vir a cometer um crime no futuro", disse um alto funcionário brasileiro.

A preocupação maior do Brasil, no entanto, é como segundo maior acionista do BID, dono de 10% de seu capital, acentuou a fonte. O raciocínio brasileiro é que a não-aprovação do crédito de US\$ 350 milhões não afetará o Brasil, mas representará uma perda importante para o BID na medida em que cria uma nova condicionalidade não prevista nos estatutos da instituição e dá um sinal errado ao mercado de capitais, que pode encarecer o custo do dinheiro para a instituição. Significativamente, o gesto americano ocorre no momento em que o novo presidente nomeado do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, indicou que pretende elevar, de 11% para 15%, as reservas do Bird a fim de proteger sua classificação de crédito AAA, a mesma do BID.

O governo brasileiro reitera sua posição de que os projetos do BID devem ser discutidos por seus méritos técnicos, disse ontem em Nagoya o diretor brasileiro do banco, Pedro Malan. O porta-voz do BID, Santiago Real de Azua, reafirmou que o presidente do banco, Enrique Iglesias, concorda com a posição brasileira.